



Estratégia
Concursos

27° SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL

Simulado Especial

27º Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-15-11>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**Adriana Figueiredo****Consumo e felicidade**

Patrick Terrien, chef francês e diretor da escola de culinária Le Cordon Bleu, declarou à coluna “As últimas 10 coisas que comprei”, do caderno Vitrine, da Folha, ter comprado champanhe, flores, foie gras, laranjas, cogumelos selvagens, água, jornal, pão, um CD e entradas para o cinema.

O que uma pessoa compra dá uma boa noção de como ela vive. No caso do chef, tudo o que ele comprou foi para o consumo em família, para presentear um amigo e sair com a mulher.

Comprou coisas que não duram nem podem ser exibidas, mas podem tornar a relação entre as pessoas próximas a ele mais agradável e apetitosa.

Mas, na sociedade de consumo, vivemos para sermos felizes por meio do que adquirimos. Paradoxalmente, por meio daquilo que descartamos.

A aquisição de mercadorias satisfaz nossos desejos e providencia nossa felicidade. Mas os desejos são inesgotáveis. Brotam de todo contato que temos com o que existe no mundo. Um dá lugar a outro, e satisfazê-los é tarefa impossível.

Como as mercadorias são produzidas com a finalidade primeira de serem compradas, a sociedade de consumo precisa permanentemente provocar nossa insatisfação com o que temos e ativar nosso desejo pelo que ainda não temos. Toda propaganda de alguma mercadoria sugere, subliminarmente, que aquela que temos está ultrapassada e não pode nos oferecer o que a nova poderá. Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos e não pertencer ao círculo especial dos que já a adquiriram.

Enredados nesse modo-contínuo de insatisfação/descarte/ consumo, compreendemos a máxima da vida: sempre seremos felizes por pouco tempo.

Toda suposta felicidade antecipa uma infelicidade. E, enquanto saltamos de uma infelicidade a outra, a almejada felicidade passa a ser um breve intervalo, sempre imperceptível.

A felicidade, substituída pela satisfação de desejos nunca aplacáveis, jamais é experimentada. O que nos resta é a ansiedade da felicidade.

As compras do chef francês sugerem que ele se desvia dessa sedução consumista. Fruir, mais do que ter. E não apenas o sabor do foie gras ou dos cogumelos, mas o prazer de repartir com amigos e familiares pequenos prazeres. Celebração e simplicidade.

(DULCE CRITELLI, Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1211200901.htm>. Acesso em: 01/2020. DULCE CRITELLI/FOLHAPRESS. Adaptado.)

01. Infere-se do texto que o chef francês

- a) prefere bens de consumo não duráveis porque são mais baratos.
- b) prefere gastar dinheiro com produtos que proporcionem um bem estar imediato a produtos de alta durabilidade, mas que servem apenas para ostentação.
- c) não sabe se planejar financeiramente, já que gasta seu dinheiro com efemeridades.
- d) comprou somente ingredientes de alta qualidade para preparar um jantar para sua esposa
- e) é avarento, já que não adquire bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

02. De acordo com o texto, o desejo

- a) é inextinguível
- b) prenuncia a infelicidade
- c) é estimulado por pratos saborosos
- d) está unicamente condicionado ao que se consome
- e) quando saciado, dá lugar à felicidade.

3. Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto é predominantemente

- a) descritivo.
- b) informativo.
- c) argumentativo.
- d) narrativo.
- e) prescritivo.

04. O vocábulo **como**, no trecho “Como as mercadorias são produzidas com a finalidade primeira de serem compradas” (6º parágrafo) introduz, no período em que ocorre, circunstância de

- a) comparação
- b) conformidade
- c) causa
- d) consequência
- e) concessão

05. Considerando a pontuação do texto, assinale a alternativa correta.

- a) No trecho “Paradoxalmente, por meio daquilo que descartamos” (4º parágrafo) a vírgula foi empregada para isolar um adjunto adverbial deslocado.
- b) Seria mantida a correção do texto, caso o ponto final imediatamente após “experimentada”, no trecho “jamais é experimentada. O que nos resta é a ansiedade da felicidade.” (9º parágrafo) fosse suprimido.
- c) No trecho “Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos” (6º parágrafo) uma vírgula poderia ser inserida, logo após “comprá-la”, sem prejuízo à correção e ao sentido do texto.
- d) As vírgulas que isolam o trecho “na sociedade de consumo” (4º parágrafo) são obrigatórias.
- e) As vírgulas no trecho “Patrick Terrien, chef francês e diretor da escola de culinária Le Cordon Bleu, declarou à coluna ” (5º parágrafo) isolam uma oração intercalada.

06. Considere os itens a seguir.

- I. No trecho “As compras do chef francês **sugerem** que ele se desvia” (10º parágrafo) o verbo em destaque concorda com “compras”.
- II. No trecho “Toda propaganda de alguma mercadoria **sugere**” (6º parágrafo) o verbo em destaque concorda com “mercadoria”.
- III. No trecho “**Brotam** de todo contato que temos com o que existe no mundo” (5º parágrafo) o verbo em destaque concorda com “desejos”

Está correto o que se diz em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I apenas.
- d) III apenas
- e) I, II e III.

07. No trecho “Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos” (6º parágrafo) acima, a forma pronominal “-la” é termo coesivo que retoma

- a) propaganda de alguma mercadoria
- b) mercadoria que temos
- c) sociedade de consumo
- d) nova mercadoria
- e) mercadoria ultrapassada

08. No trecho “As compras do chef francês sugerem **que ele se desvia dessa sedução consumista**” (10º parágrafo), a expressão em destaque

- a) exprime uma circunstância de consequência.
- b) exprime uma circunstância de explicação.
- c) completa o sentido do termo abstrato “compras”.
- d) completa o sentido do verbo “sugere”.
- e) completa o sentido do termo “chef”.

09. A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso se suprimisse do texto

- a) o vocábulo **o** em “No caso do chef, tudo o que ele comprou foi para o consumo em família” (2º parágrafo)
- b) a vírgula em “Um dá lugar a outro, e satisfazê-los é tarefa impossível” (5º parágrafo)
- c) a vírgula em “A felicidade, substituída pela satisfação de desejos” (9º parágrafo)
- d) o advérbio **já** em “círculo especial dos que já a adquiriram” (6º parágrafo)
- e) o vocábulo **nos** em “O que nos resta é a ansiedade da felicidade” (9º parágrafo)

10. Em relação às estruturas linguísticas do texto, considere os itens a seguir

I. Seria mantida a correção, mas não o sentido do texto, caso se inserisse o sinal indicativo de crase no trecho “enquanto saltamos de uma infelicidade a outra” (8º parágrafo).

II. Poderia ser acrescentado o vocábulo “o”, imediatamente após “todo”, no trecho “Brotam de todo contato que temos com o que existe no mundo” (5º parágrafo), sem prejuízo à correção do texto.

III. O emprego do acento indicativo da crase no trecho “declarou à coluna” (1º parágrafo) é facultativo.

Está correto o que se diz em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I apenas
- d) II e III.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Não é um órgão do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, segundo o que estabelece a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 6.956/15).

- a) os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais
- b) o Órgão Especial
- c) as Seções Especializadas
- d) o Conselho da Magistratura
- e) os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

12. De acordo com o texto da LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário: aos sábados, domingos e no dia 8 de dezembro (Dia da Justiça); nos dias declarados como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais; segunda, terça e quarta-feira da semana do carnaval; quinta e sexta-feira da Semana Santa; em feriados nacionais, estaduais e municipais, nos municípios sede das respectivas Comarcas.
- b) Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais funcionarão diariamente, podendo fazê-lo em regime de meio expediente, das 9 às 12 horas.
- c) O Presidente do Tribunal de Justiça divulgará escala de plantão de magistrados para os dias e horários em que não houver expediente forense.
- d) Por motivo de ordem pública, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá decretar o fechamento de fórum ou de qualquer dependência do serviço judiciário, bem como encerrar o expediente respectivo antes da hora legal.
- e) Os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência.

13. Analise as assertivas abaixo conforme a Lei Estadual n.º 4.620/2005:

I. As carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária constituem-se dos cargos de provimento efetivo, com a mesma denominação, cuja estrutura é dividida em classes e padrões, em áreas distintas de atividade.

II. O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos. Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após o fim do estágio probatório, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.

III. Integra a remuneração dos serventuários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, além do vencimento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, correspondente a cem por cento sobre o valor do vencimento do cargo, observada dedicação exclusiva que cumpra carga mínima de oito horas diárias e quarenta horas semanais de trabalho.

IV. É absolutamente vedada a nomeação para os cargos tratado na Lei nº 4.620/2005 de pessoas que estejam respondendo ou sofrido sanção por ato de improbidade administrativa ou que ainda se enquadrem nas condições de inelegibilidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, apenas.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Fabiano Pereira

14. Com base no disposto pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro e no Decreto nº 2.479/1979, indique a alternativa correta.

- a) Em caso de dolo ou má fé, o não cumprimento dos deveres pelo servidor será punido com pena de demissão.
- b) Falecendo o irmão de um servidor do Estado do Rio de Janeiro, o servidor poderá faltar até 08 (oito) dias consecutivos, computando-se inclusive sábados, domingos e feriados.
- c) Ao servidor público do Estado do Rio de Janeiro é vedado integrar sociedade empresária de responsabilidade limitada.
- d) A reintegração acarretará a vacância do cargo público.
- e) O exercício da função gratificada por parte de um servidor não prejudica a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. À luz da Consolidação Normativa Judicial, no cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo.

Qual o nome do documento a ser expedido

- a) parecer
- b) memorando
- c) manual
- d) ofício
- e) declaração.

16. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Provimento é instrumento de caráter normativo externo, por meio do qual, o Presidente do Tribunal organiza seus órgãos e atividades.
- b) Convocação é instrumento pelo qual se convoca Magistrados, Defensores e Membros do Ministério Públicos para participarem de atividades administrativas.
- c) Aviso instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo.
- d) Ato Reservado é o documento complementar à Rotina Administrativa destinado a reunir informações acerca de informativos (software), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos que, por razões de ordem prática ou técnica, devam permanecer em separado da rotina administrativa e expedidos conforme a Rotina Administrativa.
- e) Memorando é instrumento para determinar providências concernentes ao regime jurídico e a vida funcional do servidor da justiça.

17. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, correição-geral ordinária é realizada

- a) mensalmente pelos juízes de direito
- b) semestralmente pelos juízes corregedores
- c) anualmente pelos juízes de direito
- d) bienalmente pelo Corregedor-Geral de Justiça
- e) sempre que necessário

18. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Função Correicional

- a) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- b) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor Nacional de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- c) Consiste na orientação, fiscalização, inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Agentes Delegados, nos termos da lei.
- d) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente do Tribunal de Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito, nos termos da lei.
- e) Consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre os serviços judiciais, sendo exercida em todo o Estado do Rio de Janeiro pelo Corregedor-Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Direito e Chefes de Secretaria, nos termos da lei.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

19. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo prevista, entre outras situações, a preferência na restituição do imposto de renda.
- b) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- c) Fica assegurado à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível, quando solicitar.
- d) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas, poderá ser deferida dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, não podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

20. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), é correto afirmar que:

- a) não há distinção de penalidades na punição aos atos de improbidade administrativa, seja na modalidade de enriquecimento ilícito do agente, seja na modalidade prejuízo ao erário.
- b) não é obrigatória a participação de um agente público para que um particular cometa ato de improbidade administrativa.
- c) a aprovação das contas por parte do Tribunal de Contas não inibe a aplicação de sanções por atos de

improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário.

- d) o mesário que atua em uma seção eleitoral não pode ser sujeito ativo de ato de improbidade administrativa, em virtude do vínculo precário e transitório que mantém com a administração pública.
- e) o servidor público que praticar ato de improbidade administrativa que implique em enriquecimento ilícito ficará sujeito à perda de bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio. Em caso de óbito do agente público autor da improbidade, esse ônus não será extensível aos seus sucessores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Acerca da organização da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens das Fundações Públicas são impenhoráveis.
- b) Com o objetivo de alcançar os fins constitucionalmente estabelecidos, o poder público possui a prerrogativa de distribuir competências, sem criar nova pessoa jurídica, através do processo de descentralização.
- c) Criadas através de autorização legislativa, as autarquias são uma espécie de pessoa jurídica de direito público.
- d) As sociedades de economia mista estão sujeitas ao controle hierárquico exercido pelos entes da Administração Direta.
- e) Através da descentralização por outorga, a Administração Pública transfere a execução de determinado serviço público à pessoa jurídica de direito privado, mantendo sua titularidade.

22. Assinale a alternativa correta, no que se refere aos atos administrativos.

- a) Um ato administrativo discricionário não poderá ser anulado pelo Poder Judiciário.
- b) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.
- c) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, motivo pelo qual o Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo.
- d) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- e) Um ato administrativo de determinado ente da Administração Pública que se mostre inconveniente e inoportuno não poderá ser revogado pelo Poder Judiciário

23. No tocante ao controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) Entende o STJ que o habeas data é cabível mesmo que não tenha havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- b) O controle externo caracteriza-se por ser realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração.
- c) Nas ações específicas de controle da Administração Pública incidem prerrogativas ordinariamente conferidas a esta nas ações comuns, tais como juízo privativo e duplo grau de jurisdição.
- d) Em situações excepcionais, o Poder Judiciário poderá apreciar os aspectos reservados à apreciação subjetiva da Administração Pública, conhecidos como mérito (oportunidade e conveniência).
- e) O controle hierárquico se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração.

24. Julgue as assertivas a seguir sobre a responsabilidade civil do Estado, e assinale a correta.

- a) Mesmo o ato legislativo formal e de efeitos gerais, já declarado constitucional pelo STF, poderá acarretar a responsabilidade civil do Estado.
- b) Não cabe excludente de responsabilidade quando da responsabilização do Estado por atos de seus agentes, conforme preceitua a teoria do risco administrativo.
- c) A culpa concorrente da vítima pode ser utilizada para afastar a responsabilidade civil do prestador de serviço público.
- d) O entendimento do STF é no sentido de que a responsabilidade civil dos prestadores de serviços públicos será objetiva apenas em relação aos usuários de serviços públicos.
- e) A responsabilidade civil do Estado poderá ser primária ou, em casos excepcionais, subsidiária.

Analise as questões a seguir, acerca das licitações públicas.

25. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de revitalizar os canteiros e jardins existentes na sua sede, pretende realizar contratação de serviços de paisagismo. Após pesquisas de mercado, o órgão verificou que o valor de mercado estimado para contratação é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e optou pela contratação de determinada associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, com vasta experiência na área de paisagismo.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a Administração Pública:

- a) poderá realizar contratação direta da associação, por meio de inexigibilidade de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- b) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade convite.
- c) desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, poderá contratar diretamente a mencionada associação, mediante dispensa de licitação.
- d) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade concorrência.
- e) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços.

26. Ainda sobre licitação, é correto afirmar que

- a) a avaliação do bem e o processo licitatório são indispensáveis quando da alienação de bens da Administração Pública.
- b) é objetivo central da licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia.
- c) A licitação poderá ser sigilosa, sendo acessíveis ao público os atos de exame dos documentos de habilitação, desde que o interesse público prevaleça.
- d) a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, convidados em número máximo de 3 (três) pela unidade administrativa, é denominada convite.
- e) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

27. Sobre a modalidade de licitação pregão, assinale a alternativa correta.

- a) Para a aquisição de bens e serviços comuns ou especiais e diferenciados poderá ser adotada a modalidade de licitação pregão.
- b) No pregão, a aquisição do edital por parte dos licitantes é condição necessária.
- c) No pregão, não há qualquer restrição em relação ao valor estimado da contratação.
- d) Na fase externa da licitação, após a convocação dos interessados, serão fixados os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços.
- e) Se a licitação for feita na modalidade de pregão, será obrigatória a exigência de garantia de proposta para a aquisição de serviços comuns.

28. Acerca dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) O abuso de poder, em sua modalidade de desvio de poder, estará explicitado quando ocorre o vício de finalidade do ato administrativo; por outro lado, o abuso de poder por excesso de poder ocorrerá quando o ato administrativo for praticado por agente que exorbite a sua competência.
- b) O poder disciplinar é competente para decidir sobre conflitos de competência, positivos ou negativos, entre subordinados.
- c) A hierarquia está presente na relação existente entre a administração direta e as entidades que integram a administração indireta.
- d) A discricionariedade administrativa não poderá ser limitada por meio do exercício do poder regulamentar.
- e) Tendo o agente público atuado fora dos limites de sua competência, cometerá abuso de poder, por ter agido com desvio de finalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

30. O estado do Rio de Janeiro legislou e concedeu aos jovens de até 21 anos de idade a “meia entrada” em eventos culturais, isto é, o desconto de 50% no valor do ingresso para shows, cinemas e teatros. A respeito do assunto, conforme fixado pela Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei estadual é

- a) inconstitucional, por invadir a competência da União para legislar sobre contratos.
- b) constitucional, uma vez que compete aos estados legislar sobre normas específicas do direito econômico.
- c) constitucional, porque é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro.
- d) inconstitucional, pois o Rio de Janeiro apenas poderia legislar sobre o assunto se tivesse lei complementar federal delegando aos estados a competência para dispor sobre a matéria.
- e) constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre direito econômico e financeiro.

31. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou válida a Lei estadual 100/2018 contestada em face de lei federal 1.500/2015. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) Recurso extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça

32. Indique a alternativa que contenha competência do Presidente da República delegável aos Ministros de Estado.

- a) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.
- b) acreditar representantes diplomáticos de Estados estrangeiros.
- c) conceder indulto.
- d) presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- e) conferir condecorações e distinções honoríficas.

33. Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia;

34. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos em que prevê expressamente em seu texto. Conforme disposto na Lei Maior, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro das Relações Exteriores.
- b) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Deputado Federal.
- e) General do Exército.

35. “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

36. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Rio de Janeiro tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Ricardo Torques**

37. O Código de Processo Civil, em relação às ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis, estabelece como regra geral de competência o foro de domicílio do réu. No entanto, existem inúmeras situações que fogem à regra em razão da sua especificidade. Com base no CPC, assinale a alternativa correta quanto à competência:

- a) Pedro reside no Município X, mas desenvolve todas as suas atividades laborais no Município Y. Nesse caso, Pedro deverá ser demandado obrigatoriamente no Município X.
- b) Mariana e Cecília, rés em uma ação de indenização, residem em domicílios distintos e, por isso, a ação deverá ser proposta no foro de domicílio do autor.
- c) David, réu em uma execução fiscal, deverá ser processado e julgado no foro da capital do Estado.
- d) Compra Certa, sociedade sem personalidade jurídica, deverá ser demandada no foro do lugar onde exerce suas atividades.
- e) Arianne, ré numa ação de reparação de dano, deverá responder à demanda no foro do domicílio do autor.

38. Os juízos poderão formular entre si pedido de cooperação para prática de qualquer ato processual. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) O pedido de cooperação jurisdicional só será atendido se o juízo demandado entender cabível o pedido formulado pelo juízo demandante.
- b) O pedido de cooperação tem forma específica e deverá seguir os requisitos estabelecidos no Código de Processo Civil.
- c) A cooperação jurisdicional poderá ser executada como auxílio direto, reunião ou apensamento de processos, prestação de informações e atos concertados entre os juízes cooperantes.
- d) Não é possível a utilização da cooperação jurisdicional para fins de reunião ou apensamento de

processos, visto que só poderá ocorrer no âmbito do mesmo juízo.

- e) Os juízes cooperantes poderão efetivar citações, intimações ou notificações, obter e apresentar provas e coletar depoimentos, mas não poderão visar a efetivação de tutela provisória.

39. Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Como desdobramento do Princípio da Boa-fé, o Código de Processo Civil apresenta regramento quanto à litigância de má-fé e a aplicação de multa quando constatada tal prática. Desse modo:

- a) A aplicação de multa por litigância de má-fé prescinde de requerimento da parte prejudicada.
- b) Verifica-se a litigância de má-fé quando o réu deduzir defesa contra fato controverso.
- c) A multa por litigância de má-fé deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa e será paga à Fazenda Pública estadual ou federal, a depender do caso concreto.
- d) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo
- e) A multa por litigância de má-fé deverá ser superior a dez por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa e será paga à parte prejudicada.

40. Quando duas ou mais pessoas litigam no mesmo processo, em conjunto, diz-se que há litisconsórcio. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- b) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos e todos têm o direito de promover o andamento do processo, devendo ser intimados dos respectivos atos.
- c) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- d) A sentença de mérito será nula para os que não foram citados, quando proferida sem a integração do contraditório.
- e) Diz que há litisconsórcio necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

41. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Com base no CPC, pode-se afirmar:

- a) Na contagem de prazo processual ou material em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- b) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, sendo vedada a realização de audiências e sessões de julgamento.
- c) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz deverá prorrogar os prazos por 30 (trinta) dias.
- d) O juiz é livre para reduzir os prazos peremptórios sem anuência das partes.
- e) Havendo calamidade pública reconhecida, o juiz deverá prorrogar o prazo por 30 (trinta) dias.

42. A tutela provisória poderá fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela de urgência, por sua vez, poderá ser cautelar ou antecipada e concedida em caráter antecedente ou incidental. Sobre a tutela provisória, coaduna-se com as previsões do CPC a seguinte proposição:

- a) A tutela provisória requerida em caráter antecedente dispensa o pagamento de custas.
- b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo e não poderá ser revogada ou modificada.
- c) Durante o período de suspensão processual, a tutela provisória sempre conservará sua eficácia.
- d) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória devendo observar, no que couber, as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença.
- e) Exige-se fundamentação clara e precisa apenas nas decisões que negam ou revogam a tutela provisória, sendo dispensada a fundamentação quando conceder ou modificar.

43. Em relação ao cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, pode-se afirmar:

- a) O cumprimento da sentença far-se-á a requerimento do exequente ou de ofício pelo magistrado.
- b) O executado será intimado para pagar o débito em 10 (dez) dias.
- c) Caso o executado não efetue o pagamento voluntário no prazo de 10 (dez) dias, o débito será acrescido de multa de 10 (dez) por cento.
- d) O pagamento parcial do débito impede a incidência de multa e honorários advocatícios.
- e) Caso o executado não efetue o pagamento voluntária e tempestivamente, será expedido mandado de penhora e avaliação.

44. O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Sobre esse importante remédio constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, a lei exige a formação de um litisconsórcio ativo.
- b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 (quinze) dias, quando notificado judicialmente.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- d) Poderá ser concedido o mandado de segurança em razão de decisão judicial transitada em julgado.
- e) É possível impetrar mandado de segurança em face de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

45. José praticou crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), tendo sido instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias do fato. No curso do inquérito, a autoridade policial recebeu notícia de que José havia falecido, tendo sido apresentada certidão de óbito pelo advogado do indiciado. Nesse caso:

- a) o inquérito policial seguirá seu curso normal, eis que a morte do indiciado não gera extinção da punibilidade

- b) a própria autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito
- c) o arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, mas caso se comprove que a certidão de óbito é falsa, poderá ser retomada a persecução penal
- d) o arquivamento do inquérito policial não fará coisa julgada material
- e) o arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, ainda que se comprove tratar-se de certidão de óbito falsa

46. O CPP brasileiro estabelece que a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, consagrando o chamado princípio do efeito imediato da lei processual penal. Nesse caso, podemos dizer que foi adotado o sistema:

- a) do isolamento dos atos processuais
- b) da unidade processual
- c) do isolamento das fases processuais
- d) franco-belga
- e) misto

47. Zenon foi insultado por Ramón e Frederico, sendo chamado de “gordo”, “careca” e “botijão com patas”, por conta de sua compleição física. Em se tratando de crime de injúria simples, Zenon ajuizou queixa-crime em desfavor de Ramón e Frederico. No curso do processo, Zenon se acertou com o amigo Ramón, mas ainda desejava continuar processando Frederico. Nesse caso:

- a) Zenon poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Ramón, mas manter o processo contra Frederico
- b) Zenon poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Ramón, mas tal renúncia se estenderá a Frederico
- c) Zenon não poderá abrir mão da ação penal privada ajuizada
- d) Zenon poderá oferecer o perdão do ofendido a Ramón, mas tal perdão se estenderá a Frederico; o direito de aceitação, porém, será individual de cada agente
- e) Zenon poderá oferecer o perdão do ofendido a Ramón, e tal perdão não se estenderá a Frederico

48. Maria foi vítima do crime de estupro de vulnerável (pena: reclusão de 08 a 15 anos), crime este praticado, em tese, por Alberto. No curso do processo, o Ministério Público pleiteou a absolvição, por falta de provas. O Juízo, a seu turno, proferiu sentença absolutória, por falta de provas, com base no princípio “*in dubio pro reo*”. Maria, que até então não atuava como assistente de acusação, pretende se habilitar como assistente. Nesse caso, Maria:

- a) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, de forma que deverá ser refeita a instrução, proferindo-se nova sentença ao final
- b) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, desde que o faça antes do início do prazo recursal

- c) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, recebendo o processo no estado em que se encontrar
- d) não poderá mais requerer sua habilitação como assistente de acusação, eis que já proferida sentença
- e) em caso de indeferimento do pedido de habilitação, caberá recurso em sentido estrito

49. Héctor, mexicano, praticou no Brasil um crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). O MP ofereceu denúncia em desfavor de Héctor, perante a 01ª Vara Criminal de Petrópolis-RJ, indicando como endereço o número 800 da Rua do Imperador, Centro, Petrópolis-RJ. O Juízo recebeu a denúncia e determinou a citação de Héctor no endereço indicado. Lá chegando, o Oficial de Justiça recebeu do porteiro a informação de que Héctor não mais residia no local, tendo se mudado há dois anos, aproximadamente, e que estaria residindo no Uruguai, embora não se tenha o endereço exato.

Nesse caso, Héctor deverá ser citado:

- a) Por carta precatória
- b) Por carta rogatória, dirigida ao Uruguai
- c) Por carta rogatória, dirigida ao México
- d) Por hora certa
- e) Por edital

50. No procedimento comum pelo rito sumário, é correto afirmar que:

- a) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente escritas
- b) cada parte poderá arrolar até 08 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente escritas
- c) cada parte poderá arrolar até 08 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente orais
- d) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, não havendo fase de alegações finais
- e) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente orais

51. O desaforamento, cabível nos processos que tramitam pelo rito do júri, é o deslocamento da competência territorial para o julgamento pelo Tribunal do Júri. Acerca do desaforamento, o CPP estabelece que:

- a) Será cabível se o interesse da ordem pública o reclamar, mas não por risco à segurança pessoal do acusado
- b) Somente poderá ser requerido pelo MP ou pelo assistente de acusação
- c) Será cabível em caso de comprovado excesso de serviço, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 06 meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- d) A dúvida sobre a imparcialidade dos jurados autoriza a decretação do desaforamento pelo Juiz-presidente do Tribunal do Júri, de ofício.
- e) Será cabível mesmo que ainda pendente recurso contra a decisão de pronúncia

52. Diego praticou crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Ao oferecer denúncia, o MP ofereceu proposta de suspensão condicional do processo, que foi aceita pelo acusado e seu defensor, tendo sido homologada pelo Juiz, que suspendeu o processo.

Nesse caso, haverá revogação obrigatória do benefício se Diego:

- a) vier a ser processado por outro crime ou contravenção
- b) descumprir a condição de comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades
- c) se ausentar da comarca onde reside, sem autorização do Juiz
- d) não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano

e) vier a ser investigado em inquérito policial pela prática de crime hediondo

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Os livros de folhas soltas conterão até

- a) 30 folhas
- b) 50 folhas
- c) 100 folhas
- d) 200 folhas
- e) 300 folhas

54. Considere

I – indicação, feita pelo Presidente, de servidor do Tribunal, bacharel em Direito, para provimento de cargo em comissão de Secretário-Chefe da Secretaria Geral;

II - permuta ou remoção voluntária dos Servidores, de uma para outra Câmara;

III – assuntos de ordem interna, mediante convocação especial do Presidente, para esse fim, por iniciativa própria ou a requerimento de um ou mais Desembargadores;

IV - permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

V - realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V

55. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, houve a comprovação, mediante valoração do agente, de situação ou de fato transeunte concernente a Administração.

O nome do instrumento utilizado para essa manifestação é

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

56. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral;

- a) rotina administrativa
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

57. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a função correicional que consiste na fiscalização normal é denominada

- a) Correição-Geral Ordinária
- b) Correição-Geral Extraordinária
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Visita Correicional

58. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, as ações do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher serão autuadas pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Verde

59. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, as ações de Recuperações Judiciais serão autuadas pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Verde

60. Como regra, os autos de processo terão até

- a) 30 folhas
- b) 50 folhas
- c) 100 folhas
- d) 200 folhas
- e) 300 folhas

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-15-11>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>